

ECONOMIA

IMPOSTOS

“Imposto Google” pode render 60 milhões a Portugal

A França vai avançar, a partir de Janeiro, com um imposto sobre os gigantes da Internet, como a Google ou o Facebook. Embora a receita para Portugal não deva ser significativa, a ausência de uma “tributação justa” sobre estas empresas cria um incómodo na UE.

SUSANA PAULA

susanapaula@negocios.pt

Um imposto sobre os gigantes da Internet, como a Google e o Facebook, semelhante ao que o Governo francês vai introduzir já em Janeiro, poderia trazer uma receita fiscal a Portugal de cerca de 60 milhões de euros, segundo estimativas de fiscalistas que têm acompanhado este tema ao Negócios.

A criação de um imposto sobre as “GAFA” (Google, Apple, Facebook e Amazon) tem estado em debate a nível europeu há mais de um ano (ver cronologia) e recuperou mediaticidade depois de a França ter anunciado há umas semanas que vai avançar unilateralmente com a medida em 2019.

O país liderou a pressão sobre a Comissão Europeia, mas depois de o último Conselho de Ministros das Finanças da União Europeia (UE) ter terminado sem consenso e com a pressão orçamental das medidas para responder aos protestos dos “coletes amarelos”, o governo francês decidiu não esperar mais pelos parceiros europeus.

Embora os detalhes da medida ainda não estejam fechados, Paris pretende avançar com uma taxa de 3% sobre as receitas provenientes da venda de dados, da publicidade e de serviços de aproximação entre utilizadores destas tecnológicas e estima arrecadar 500 milhões de euros.

O que é que está em cima da mesa a nível europeu?

O desenho do novo imposto francês é idêntico à taxa temporária que a Comissão Europeia tinha proposto

em Março e que traria uma receita de 4,7 mil milhões de euros.

Mas depois da falta de consenso no último Ecofin, ficou em cima da mesa uma proposta apresentada pela França e pela Alemanha, que seria um “mínimo denominador comum” e que prevê que os 3% incidam apenas sobre a receita de publicidade destas empresas. Menos ambiciosa, esta nova proposta reduz drasticamente a estimativa de receitas fiscais, para 800 milhões de euros a nível europeu, segundo o estudo de impacto feito por Bruxelas.



Capacidade técnica e meios temos. Não sei se é tão importante para nós e se temos a necessidade disso.

Os Estados estão a querer fazer isto unilateralmente porque precisam de receitas e estão ligados a pressões populistas - França é o caso disso”.

ANA PAULA DOURADO
Especialista em direito fiscal europeu



Há falta de dados oficiais, restam as estimativas

O Negócios tentou perceber se Portugal avançaria sozinho com a medida e que impacto é que teria, mas não obteve resposta do Ministério das Finanças até ao fecho da edição.

No entanto, segundo estimativas avançadas por fiscalistas, que têm acompanhado este tema, ao Negócios, a receita a arrecadar por Portugal seria reduzida. Os fiscalistas consideraram o estudo de impacto da proposta da Comissão Europeia e, assumindo o peso da economia portuguesa no conjunto da UE, concluíram que, caso avançasse a proposta inicial, a alargada, os cofres do Estado arrecadariam cerca de 60 milhões de euros. Num cenário menos ambicioso, o da proposta franco-alemã, os ganhos para os cofres do Estado português rondariam apenas 15 milhões de euros. Em ambos os cenários, admitem que esta é uma questão difícil de estimar.

“Os Estados-membros estão a querer fazer isto unilateralmente, porque precisam de receitas e estão ligados a pressões populistas – França é um caso disso”, comenta Ana Paula Dourado, especialista em direito fiscal europeu, e que tem acompanhado as discussões. Embora Portugal tenha apoiado o “imposto Google” desde o início, Ana Paula Dourado questiona qual seria o real impacto para o país.

“Capacidade técnica e meios temos. Não sei se é tão importante para nós e se há a necessidade disso. É uma opção política”, considera, acrescentando que o “ideal seria trabalhar no longo prazo”.

É o que defendem alguns países que se têm oposto à taxa proposta pela Comissão, como a Irlanda e a Dinamarca, que preferem esperar por um acordo internacional (que está a ser trabalhado com a OCDE) para que as alterações tenham um maior impacto. ■



A “tributação justa” aos gigantes da internet continua a dividir os ministros das

4.700 60

IMPACTO EUROPEU

A nível europeu, um imposto sobre uma parte significativa das receitas das gigantes traria 4,7 mil milhões de euros.

IMPACTO PORTUGUÊS

Em Portugal, um imposto com a mesma incidência teria um impacto mais reduzido, de 60 milhões de euros.

VASSIL DONEV/EPA



UNIÃO EUROPEIA

Quatro países vão avançar com novo “imposto Google”

Sem acordo a nível europeu, quatro países já anunciaram que vão avançar unilateralmente com a criação de um novo imposto sobre as gigantes da Internet. Não há informação sobre Portugal.

1 PORTUGAL SEM NOVIDADES

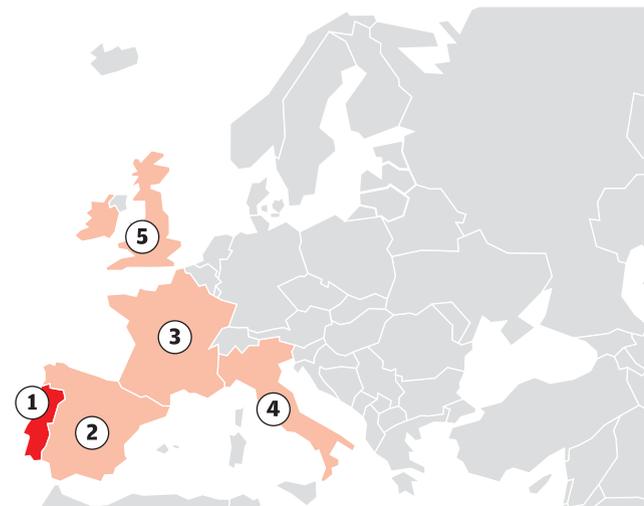
Portugal foi um dos países que instou a Comissão Europeia a avançar com uma proposta de “tributação justa” das gigantes da Internet, mas o Ministério das Finanças não respondeu às questões do Negócios sobre este tema, incluindo estimativas de impacto e se o Governo tem a intenção de avançar para a medida sozinho.

2 TAXA GOOGLE RENDE 1.200 MILHÕES A ESPANHA

O governo espanhol aprovou um imposto de 3% sobre serviços de publicidade online, intermediação online e a venda de dados de utilizadores em empresas que facturam mais de 750 milhões de euros em todo o mundo e pelo menos três milhões em Espanha.

3 FRANÇA RESPONDE AOS “COLETES AMARELOS”

França deve avançar, a partir de Janeiro, com um imposto de 3% sobre um conjunto alargado de receitas das gigantes da internet, para atenuar o impacto orçamental das medidas que foram anunciadas para responder aos protestos dos coletes amarelos.



4 ITÁLIA AVANÇA COM NOVO IMPOSTO EM 2019

Com o Orçamento do Estado para 2018, o Governo italiano aprovou um novo “imposto da Internet”, uma taxa de 3% sobre os serviços digitais (líquido de IVA), quando os serviços são prestados por fornecedores (estabelecidos ou não no país) a empresas italianas.

5 IMPOSTO DO REINO UNIDO EM ABRIL DE 2020

Um imposto de 2% sobre os lucros dos motores de busca, redes sociais e gigantes do comércio online, desde que facturem mais de 500 milhões a nível mundial e mais de 25 milhões no Reino Unido. Governo britânico espera arrecadar 300 milhões em 2021.

CRONOLOGIA

Avanços e recuos da nova taxa europeia

O tema está em discussão há mais de um ano e, sem o consenso a nível europeu, França decidiu avançar sozinha com o novo imposto.

17 SETEMBRO DE 2017

Dez países da UE, incluindo Portugal, instaram a Comissão Europeia a propôr, urgentemente, uma iniciativa para taxar devidamente as gigantes da Internet, como o Facebook, a Google e a Amazon. A posição conjunta teve por base um estudo de um eurodeputado e que concluiu que estas empresas evitaram pagar 5,4 mil milhões de euros em impostos aos países europeus entre 2012 e 2015.

21 DE MARÇO DE 2018

A Comissão propõe dois caminhos para uma “tributação justa” da economia digital: uma reforma de médio prazo a nível europeu para que os Estados-membros tributem a presença digital de uma empresa não residente (o que actualmente não é possível) e a aplicação directa de uma taxa provisória de 3% sobre a receita do espaço publicitário, actividades intermediárias e da venda de dados privados. Com esta segunda proposta, estima uma receita fiscal de 4,7 mil milhões de euros a nível europeu.

6 NOVEMBRO DE 2018

Depois de meses de negociações, a Irlanda (onde é a sede da Google), Dinamarca e Suécia opuseram-se à taxa proposta pela Comissão, ameaçando colocar um ponto final à medida, já que é necessária unanimidade para que um imposto europeu avance.

4 DEZEMBRO DE 2018

Os Estados-membros não chegaram a acordo para avançar com a taxa até ao final do ano, mas os ministros das Finanças analisaram uma proposta menos ambiciosa da Alemanha e da França: que a taxa de 3% apenas incida sobre as receitas publicitárias.